



**MAIO DE 2025**

ST Nº 625/2025

**ESTUDO Nº 15/2025**

# **Estimativa do resultado primário de Abril de 2025 e números do primeiro quadrimestre**

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira  
Núcleo de Economia e Assuntos Fiscais<sup>1</sup>

1. Consultores: Hélio Henrique Diógenes Rêgo e Márcia Rodrigues Moura

---

O conteúdo deste trabalho é de exclusiva responsabilidade de seus autores.

## **1. ESTIMATIVA DO RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL EM ABRIL DE 2025**

---

A partir de dados extraídos do SIAFI, estima-se que o resultado primário do governo central no mês de abril de 2025 foi superavitário em R\$ 15,9 bilhões. O número decorre de receitas líquidas de R\$ 210,5 bilhões, ante de despesas de R\$ 194,5 bilhões<sup>1</sup>.

Em relação ao mês de abril de 2024, a receita total cresceu 10% em termos nominais: a arrecadação perfez R\$ 250,9 bilhões no último mês, enquanto foram auferidos R\$ 228,2 bilhões em abril do ano anterior. As receitas administradas pela Receita Federal do Brasil (RFB) cresceram 9,1% em termos nominais (R\$ 164,2 bilhões em abr/25 contra R\$ 150,5 bilhões em abr/2024). A arrecadação líquida da Previdência aumentou 7,9%, de R\$ 50,5 bilhões para R\$ 54,5 bilhões. Receitas não administradas pela RFB cresceram significativamente: sairam de R\$ 27,2 bilhões em abril de 2024 para R\$ 32,2 bilhões no mês passado, isto é, alta de 18,6%. Os principais destaques na arrecadação mensal foram os tributos sobre lucros (+16%) e importação (+24,7%) na receita administrada e os dividendos (+393%) e royalties de petróleo (+23,4%) na receita não administrada.

A despesa total cresceu nominalmente 7,9% em relação a abril do último ano: os pagamentos efetivos alcançaram o montante de R\$ 194,5 bilhões em abril/2025, enquanto em 2024 o gasto do mês atingiu R\$ 180,2 bilhões. As principais variações dentro do grupo das despesas obrigatórias foram nos benefícios de prestação continuada (BPC) que se elevaram em 16%, alcançando R\$ 10,7 bilhões e nos benefícios previdenciários que cresceram 8%, chegando a R\$ 87,2 bilhões. No mês de abril iniciou-se o pagamento do décimo terceiro salário da previdência. As despesas discricionárias, por sua vez, cresceram 13,3% com a retomada do cronograma de execução de despesas discricionárias após sanção da lei orçamentária em 10 de abril.

---

<sup>1</sup> Consultar Apêndice I para tabela com detalhamento.

## 2. NÚMEROS DO 1º QUADRIMESTRE: PROJEÇÕES X REALIZADO<sup>2</sup>

A arrecadação das receitas administradas pela RFB no primeiro quadrimestre foi R\$ 21,3 bilhões inferior às projeções na proposta orçamentária para 2025. Embora os números do Imposto sobre a Importação e do Imposto de Renda tenham superado as previsões em R\$ 12,3 bilhões, conjuntamente, tais excessos foram mais do que compensados por frustrações na Cofins, no PIS/Pasep, na CSLL e nas outras receitas administradas, que totalizaram R\$ 33,7 bilhões a menor, em relação ao estimado no PLOA 2025. As outras administradas, em particular, respondem por 18,4 bilhões da frustração total (foram arrecadados R\$ 15,3 bilhões, ante R\$ 33,7 bilhões previstos para o período, ou seja, menos da metade do previsto), indicando que a projeção anualizada trazida pelo PLOA para esse conjunto de receitas (R\$ 108,8 bilhões) – e, por conseguinte, para o total das receitas a arrecadar – deve ser objeto de ajuste relevante nos relatórios bimestrais de avaliação a serem elaborados ao longo do exercício<sup>3</sup>.

Arrecadação líquida para o Regime Geral de Previdência Social – RGPS, por sua vez, foi R\$ 2,3 bilhões maior do que o previsto no PLOA 2025.

Pelo lado da despesa, os benefícios previdenciários superaram as previsões para o quadrimestre em R\$ 15 bilhões (R\$ 315,2 bilhões pagos, R\$ 300,1 bilhões previstos) – influenciado pelo início do pagamento do décimo terceiro salário em abril, ao passo que no PLOA esperava-se primeiro pagamento apenas em maio.

No quadrimestre, o resultado primário acumulado em 2025 deve alcançar superávit de R\$ 70,5 bilhões, frente a R\$ 31,8 bilhões no exercício anterior, com crescimento nominal de 8,3% na receita líquida e de apenas 3,1%

---

<sup>2</sup> Ver Apêndice II para números apresentados nesta seção.

<sup>3</sup> A propósito, esta Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira (Conof) vem sublinhando este ponto desde a apresentação do PLOA, em agosto do ano passado. Com efeito, a proposta orçamentária para 2025 incorporou à previsão de arrecadação das outras receitas administradas R\$ 58,5 bilhões em receitas extraordinárias, oriundas de diversas fontes, cuja realização é bastante incerta. Tais receitas, aliás, experimentaram frustração não desprezível em 2024: no PLOA 2024 as outras administradas foram estimadas em R\$ 86,6 bilhões, ao passo que a arrecadação efetiva alcançou R\$ 33,7 bilhões ao final do exercício, em razão de frustrações na arrecadação extraordinária esperada.

nas despesas. Diferentemente de 2025, em 2024 houve pagamento expressivo de precatórios no primeiro quadrimestre.

### **3. PROJEÇÃO PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL EM 2025**

---

Nesse contexto, as projeções atualizadas<sup>4</sup> da Conof, indicam, no cenário-base, despesas primárias ligeiramente inferiores (R\$ 2.381,5 bilhões), em relação aos números constantes do PLOA 2025, e número mais conservador para receitas líquidas (R\$ 2.320,1 bilhões). De tais estimativas resulta, assim, um resultado primário deficitário em 2025 de aproximadamente R\$ 61,4 bilhões, ou 0,5% do PIB.

As projeções em comento não incorporam, por conservadorismo, efeitos de novas medidas extraordinárias de arrecadação, de receitas condicionadas, ou de revisão de gasto previstas no PLOA 2025 reputadas como pouco prováveis<sup>5</sup>. A concretização de tais medidas tende a melhorar o resultado projetado para o exercício.

---

<sup>4</sup> Já considerando os dados preliminares de execução do mês de abril/2025.

<sup>5</sup> Para maiores detalhes, ver Apêndice 1 ao Estudo Técnico nº 04/2025.

## APÊNDICE I – RESULTADO PRIMÁRIO - ABRIL/2025 – DADOS PRELIMINARES

R\$ milhões

	abr/24	abr/25
<b>1. RECEITA TOTAL</b>	<b>228.150,5</b>	<b>250.927,7</b>
<b>1.1 - Receita Administrada pela RFB</b>	<b>150.500,5</b>	<b>164.216,5</b>
1.1.1 Imposto sobre a Importação	5.831,4	7.271,6
1.1.2 IPI	6.018,3	6.942,8
1.1.3 Imposto sobre a Renda	72.075,8	80.906,4
1.1.4 IOF	5.449,2	5.989,9
1.1.5 Cofins	32.489,1	30.228,3
1.1.6 PIS/Pasep	8.775,5	8.681,4
1.1.7 CSLL	17.633,8	20.453,5
1.1.9 CIDE - Combustíveis	243,3	182,1
1.1.10 Outras Receitas Administradas pela RFB	1.984,2	3.560,3
<b>1.2 - Arrecadação Líquida para o RGPS</b>	<b>50.475,4</b>	<b>54.469,9</b>
<b>1.3 - Receitas Não Administradas pela RFB</b>	<b>27.174,6</b>	<b>32.241,3</b>
1.3.1 Concessões e Permissões	481,3	221,3
1.3.2 Dividendos e Participações	521,3	2.574,3
1.3.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.419,7	1.608,5
1.3.4 Receitas de Exploração de Recursos Naturais	15.256,8	18.823,4
1.3.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	2.168,7	1.774,3
1.3.6 Contribuição do Salário Educação	2.544,5	2.767,2
1.3.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	-	-
1.3.8 Demais Receitas Não Administradas pela RFB	4.782,3	4.472,3
<b>2. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>	<b>36.369,5</b>	<b>40.461,6</b>
<b>3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)</b>	<b>191.781,0</b>	<b>210.466,1</b>
<b>4. DESPESA TOTAL</b>	<b>180.196,2</b>	<b>194.472,9</b>
<b>4.1 Benefícios Previdenciários</b>	<b>80.743,1</b>	<b>87.204,8</b>
<b>4.2 Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>28.642,7</b>	<b>29.478,1</b>
<b>4.3 Outras Despesas Obrigatórias</b>	<b>27.832,8</b>	<b>30.676,3</b>
4.3.1 Abono e Seguro Desemprego	9.732,8	9.740,1
4.3.2 Anistiados	14,0	17,5
4.3.3 Apoio Fin. EE/MM	-	0,0
4.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	65,2	69,4
4.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	9.218,8	10.692,5
4.3.5 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	-	-
4.3.7 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	134,2	262,8
4.3.8 FUNDEB (Complem. União)	3.562,7	4.615,7
4.3.9 Fundo Constitucional DF (Custeio e Capital)	336,4	551,4
4.3.10 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	1.649,0	1.545,2
4.3.11 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	332,2	332,1
4.3.12 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	511,1	682,8
4.3.13 Subsídios, Subvenções e Proagro	1.933,2	2.044,6
4.3.14 Transferências ANA/ANEEL	208,3	122,2
4.3.15 Impacto Primário do Fies	108,1	
4.3.16 Fabricação de cédulas e moedas e impacto primário FIES	26,8	
<b>4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira</b>	<b>42.977,5</b>	<b>47.113,8</b>
4.4.1 Obrigatorias com Controle de Fluxo	29.557,7	31.906,6
4.4.2 Despesas Discricionárias	13.419,9	15.207,2
<b>5. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL - ACIMA DA LINHA (3 - 4)</b>	<b>11.584,8</b>	<b>15.993,2</b>

Fonte: Siafi. Elaboração própria.

O conteúdo deste trabalho é de exclusiva responsabilidade de seus autores.

**APÊNDICE II – NÚMEROS SELECIONADOS DO 1º  
QUADRIMESTRE:  
PROJEÇÕES X REALIZADO**

	Acumulado Jan-Abr 2025 (R\$ bilhões)		
	Realizado	PLOA 2025	Projeção Conof
<b>Receitas</b>			
Receitas Administradas pela RFB	647.560,5	668.878,3	653.125,1
Imposto sobre a Importação	29.977,6	24.287,1	30.571,2
IPI	28.108,4	28.002,7	29.367,7
Imposto sobre a Renda	314.863,2	308.225,6	314.852,5
IOF	22.760,8	22.399,5	22.780,4
Cofins	123.253,3	130.779,9	128.024,3
PIS/Pasep	35.047,6	38.050,3	36.038,3
CSLL	77.301,3	82.118,7	75.355,6
CIDE - Combustíveis	912,8	1.322,3	897,6
Outras Receitas Administradas pela RFB	15.335,6	33.692,1	15.237,6
Arrecadação Líquida para o RGPS	216.925,3	219.239,8	215.994,1
<b>Despesas</b>			
Benefícios Previdenciários	315.176,0	300.127,5	306.492,0
Abono e Seguro Desemprego	31.140,9	32.129,2	32.278,7
Benefícios de Prestação Continuada	41.456,8	39.716,5	44.068,2

Fontes: PLOA 2025, SIAFI. Elaboração própria.

**APÊNDICE III – RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL:  
PLOA 2025 X PROJEÇÕES CONOF**

---

	R\$ bilhões	
	PLOA 2025	Cenário Conof <sup>1</sup>
<b>1. RECEITA PRIMÁRIA TOTAL</b>	<b>2.907,8</b>	<b>2.881,1</b>
1.1 <i>Receita Administrada pela RFB</i>	1.884,0	1.866,2
1.2 <i>Incentivos Fiscais</i>	-	-
1.3 <i>Arrecadação Líquida para o RGPS</i>	713,9	694,5
1.4 <i>Receitas Não Administradas pela RFB</i>	310,0	320,4
<b>2. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>	<b>558,7</b>	<b>561,0</b>
<b>3. RECEITA LÍQUIDA (1 - 2)</b>	<b>2.349,0</b>	<b>2.320,1</b>
<b>4. DESPESA PRIMÁRIA</b>	<b>2.389,5</b>	<b>2.381,5</b>
4.1 <i>Benefícios Previdenciários</i>	1.007,2	1.029,0
4.2 <i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	413,2	412,7
4.3 <i>Outras Despesas Obrigatórias</i>	419,8	402,7
4.4 <i>Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira</i>	549,4	537,0
<b>RESULTADO PRIMÁRIO - GOVERNO CENTRAL</b>	<b>-40,4</b>	<b>-61,4</b>

(1) Projeções atualizadas, já considerando os dados preliminares de execução do mês de março/2025.